

SIGNO, SINAL, INFORMAÇÃO: as relações de construção e transferência de significados

SIGN, SIGNAL, INFORMATION: the relations between the construction and transference of meaning

Carlos Xavier de Azevedo Netto¹

Resumo

A definição do objeto de estudo da Ciência da Informação esteve, por muito tempo, pautada na teoria matemática de transmissão de informação, decorrente de sua origem pragmática; contudo, com aprofundamento de alguns estudos, houve também um alargamento, principalmente do conceito de informação que permitiu o confronto e relação com conceitos de outras áreas ou disciplinas. Nesse sentido, buscamos discutir as correlações entre alguns aspectos e conceitos que se interpõe na questão da natureza do processo de comunicação, ao qual a informação está intimamente ligada, visando um melhor tratamento e delimitação desse objeto. Para tanto, tomamos como base a Teoria Semiótica de Peirce, em especial as noções de signo e sinal, e finalmente a relação entre estes dois e o conceito de informação, entendendo o signo como aquele que apresenta a possibilidade de significação, o sinal sem essa mínima possibilidade e a informação como sendo um produto socialmente aceito e disseminado com caráter de “artefato”. Este processo de comunicação é aqui visto sob a ótica das “trocas simbólicas” de Bordieu.

Palavras-chave:

TEORIA DA INFORMAÇÃO

TEORIA SEMIÓTICA

TEORIA DA REPRESENTAÇÃO

ANÁLISE DE CONCEITOS

PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO

INTRODUÇÃO

¹Arqueólogo, Doutor em Ciência da Informação, Professor do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da UFPB.

No surgimento da Ciência da Informação, a definição de seu objeto de estudo estava ligada e determinada pela teoria matemática de transmissão de informação, como é colocado por Epstein (1988). Mas no seu desenvolvimento, outras questões foram destacadas como fundamentais para o entendimento de processos e sistemas informacionais, partindo assim para uma abordagem mais aberta do que seria a informação. Com esta crescente complexidade, esta ciência percebeu que o seu objeto estava muito aquém de uma delimitação rigorosa, já que este novo prisma permitia uma multiplicidade de conceituações, muitas vezes divergentes, sobre o que seria o fenômeno informacional. Isto sem mencionar as questões de sua inserção, modificação, consumo etc.

Apesar desta rarefação de limites, a Ciência da Informação tem alargado suas discussões, cada vez mais, para as questões dos meios e veículos com que a informação é distribuída, bem como o caráter de contextualização de sua produção e quem, qual e como o consumo desta informação está configurado. Este alargamento permite confrontar a informação com alguns conceitos das mais diversas áreas, seja da economia, da antropologia, do meio ambiente, da política, enfim dentro dos vários campos com que o conhecimento tem se apresentado. Mas mesmo assim, uma questão fundamental para a área específica da Ciência da Informação se coloca, e que é fundamental para sua própria sobrevivência enquanto área do conhecimento: o que seria o fenômeno informação, qual sua natureza e delimitação?

O presente trabalho tem, como ponto central, não a delimitação do conceito de informação, mas, antes, uma correlação entre alguns aspectos e conceitos que se interpõem na questão da transferência da informação, um dos aspectos inerentes ao processo comunicacional. O principal suporte teórico que se buscará colocar em discussão para o tratamento e delimitação dessa questão é a Teoria Semiótica de Peirce (1977), em especial as noções de signo e a sua diferenciação de sinal, e como a informação está inserida nestas relações, tendo em vista que o processo de comunicação se dá através do que Bordieu (1982) chama de trocas simbólicas.

O SIGNO E O SINAL

O principal pilar da teoria Semiótica é a noção de signo como entidade que permeia toda a existência, de forma a estabelecer um elo comunicacional entre as coisas do mundo, saindo assim da esfera exclusiva da comunicação humana, passando a abordar outras formas de representação que o homem faz do seu universo. Mas para a definição de signo e suas classes, nota-se a sua delimitação a partir da participação do homem, já que o estudo dos fenômenos comunicacionais tem a sua essência e balizamento dentro da esfera da humanidade; o conceito de signo, em princípio, tende a partir da compreensão humana de comunicação.

Para discutir o que se entende por signo, em primeiro lugar, deve-se atentar para a sua diferença do conceito de sinal, como duas entidades distintas, embora interligadas. Por sinal, entende-se qualquer forma gráfica, sonora, geológica, astronômica etc. de assinalação, sem que para tal incorra qualquer relação com uma possível construção de

significado. O sinal é uma entidade destituída de mecanismos para a construção de significados, portanto:

À guisa de exemplo, o objeto específico da teoria da informação não são signos, mas unidades de transmissão que podem ser computadas quantitativamente independente de seu significado possível; estas unidades são definidas como “SINAIS”, mas não como signos. (ECO, 1980, p. 15)

A partir deste prisma, pode-se relacionar os sinais aos estímulos, vendo-os como eventos não intencionais, tanto de origem humana como não humana, que ocorrem sem nenhuma intervenção de um processo de convencionalização para a criação de significados, colocando-os fora da esfera do signo. Embora se admita a existência de signos em esferas não humanas, estes só ocorrem com a intervenção humana, quando se criam convenções que fogem dos estímulos ou criam-se estímulos específicos para situações específicas, como demonstrou Pavlov. Mesmo os chamados signos naturais e artificiais têm em si uma determinação de convenções que lhes conferem um *status* específico dentro de um universo comunicativo. Em outras palavras, pode-se denominar de signos naturais aqueles sinais que têm sua origem na natureza, mas que assumem a possibilidade de significados a partir da ótica do observador humano. Como artificiais, pode-se considerar os signos produzidos pela humanidade, já carregados da possibilidade de significação.

Portanto, para que haja um signo é preciso que haja, no mínimo, o reconhecimento da possibilidade de construção de um significado. Mas esta entidade, antes de estar no lugar de alguma coisa, ou mesmo representá-la é um processo de encadeamento, no qual o signo leva à construção de um outro signo que se relaciona com o primeiro, e assim por diante em uma constante semiose. Este fato deve-se à identificação de uma das entidades que compõe o signo, o “*interpretante*”, que possui em si o atributo de produção de significado, pela semiose, e com isto de novos signos. Embora atentando para o fato de que a entidade “*signo*” é composta pelo signo-objeto, signo-veículo e signo-interpretante, que compõem a entidade signo, estas ao mesmo tempo possibilitam um tratamento diferenciado e independente de cada uma delas. Assim, as três esferas que compõem o signo podem, e em alguns casos devem, ser tratadas como entidades em si.

Mas a entidade signo é um feixe de relações em que ocorre uma relação triádica entre o objeto, veículo e interpretante, dentro da construção da significação e do processo de comunicação. Já que o signo-objeto não pertence ao mundo real, mas se origina da percepção, que remete a um signo-veículo, fruto da transmissão de uma idéia, que se instala em um signo-interpretante, resultante das semioses de construção do significado e que remete ao seu objeto, criando assim uma cadeia de relações entre as esferas do signo, ou seja, o mesmo objeto produz determinado signo no transmissor, emitido em forma de um segundo signo até o receptor, que produz um terceiro signo, com referência ao mesmo objeto.

O signo não é, portanto, uma entidade física e palpável, mas uma entidade abstrata, existente na consciência daqueles que compartilham uma mesma cultura, já que prescinde de uma característica relacional entre os transmissores e receptores destas entidades. Ao mesmo tempo em que é necessária a relação entre os envolvidos em um

processo de comunicação para a existência do signo, é, igualmente, necessário que as instâncias de transmissão e significação sejam relacionadas,

Tanto é assim que, em uma relação triádica genuína, não só o signo, mas também o objeto, assim como os interpretantes são todos de natureza signica. Ou seja, todos os três correlatos são signos, sendo que aquilo que os diferencia é o papel lógico desempenhado por todos eles, na ordem de uma relação de três lugares. E essa relação se engendra de tal modo que não é o caso de contar linearmente os números 1, 2 e 3. Entre os três correlatos algo se trama e esse algo é intrincado. (SANTAELLA, 1995, p. 29)

Então o signo pode ser entendido como entidade que permeia a vida humana, seja no processo de comunicação, seja na construção do conhecimento, em uma relação triádica entre suas três esferas (“*Signo-objeto*”; “*Signo-veículo*”; e “*Signo-interpretante*”). Como mencionado, o signo tem como peculiaridade a capacidade de se reproduzir ao infinito, em novos signos estando, portanto, ligado ao processo de comunicação pela sua própria necessidade de reprodução pela interlocução, na qual um signo produz outros, pela semiose, resultando do processo o que Eco (1980) chama de semiose ilimitada. Então a interlocução, que é característica da comunicação, é condição primordial para a existência do signo, já que este somente existe enquanto age sobre o interpretante.

Resumindo, pode-se dizer que a principal diferença entre o signo e o sinal está na sua potencialidade de significação. O sinal é aquele elemento do processo comunicativo que não apresenta possibilidade de significação, sempre em referência a um repertório e a uma audiência, aqui entendido conforme Coelho Netto (1989) os define no processo de comunicação a que está sendo dirigido. Quanto ao signo, é aquela entidade na qual está embutido determinado significado, mesmo que este seja percebido apenas como possibilidade, novamente com referência a determinado repertório e audiência. O que coloca em questão a interlocução, e o caráter cultural da entidade signo dentro de um processo de comunicação, no qual os repertórios dos signos devem ser partilhados pelos membros de uma mesma cultura, ou mesmo traduzidos de uma forma cultural para outra, criando assim um processo de inteligibilidade.

A INTERLOCUÇÃO

A questão da interlocução desempenha papel preponderante na definição e uso dos signos. Por interlocução entende-se o fato de que há uma necessidade intrínseca de se “*jogar*” com os signos para a criação de seu significado, e conseqüentemente sua reprodução. Sendo de caráter cultural, esta interlocução passa pelos conceitos de *experiência-próxima* e *experiência-distante*, formulados por Geertz (1983) de modo a capturar a feição geral da vida social, em uma abordagem interpretativa. Estes conceitos estão aqui colocados como uma forma de se observar a interlocução entre os membros de uma mesma cultura e entre aqueles de culturas diferentes.

Os conceitos de “*experiência-próxima*” e “*experiência-distante*” são meios de instrumentalizar as formas de interpretação dos contatos sociais entre diferentes atores e em diferentes contextos, onde:

O conceito de experiência-próxima é, aproximadamente, aquele em que alguém – um paciente, um assunto ou em nosso caso, um informante – pode ser usado para, natural e esforçadamente, definir o que ele ou seus companheiros vêem, sentem, pensam, imaginam e assim por diante, e o que ele poderia rapidamente entender quando aplicado de forma semelhante por outros. O conceito de experiência-distante é aquele em que um especialista de um tipo ou outro – um analista, um experimentador, um etnógrafo, até mesmo um padre ou um ideólogo – empregam para atingir seus objetivos, científicos, filosóficos ou práticos. “Amor” é um conceito de experiência próxima, “objeto de cathexis” é um conceito de experiência à distância. “Estratificação social” e, talvez para a maioria das pessoas no mundo, até religião (e certamente o sistema religioso) são de experiência-distante, “casta” e “nirvana” são conceitos de experiência-próxima, ao menos para os hindus e budistas. (GEERTZ, 1983, p. 57)

Estes dois conceitos estão intimamente ligados à noção de interlocução, visto que eles se dão, justamente, na esfera da comunicação de “*visões de mundo*”, ou “*modos de vida*”, entre indivíduos e/ou grupo de indivíduos. E esta divisão entre os tipos de experiência não se dá de modo estanque, havendo certa tendência a que a experiência-distante, passe a ser uma experiência-próxima, na medida em que o processo de comunicação se estabelece e um passa a vivenciar a experiência do outro. Este processo é exemplificado por Geertz com a relação entre o etnólogo e o informante, que é inicialmente uma forma de experiência-distante, e que da palavra passa à ação, em determinado sistema cultural.

Mas para ocorrer este transporte de experiências, conceito este entendido aqui como conhecimento, informação e vivências, as formas que marcam a estruturação dos indivíduos e dos grupos enquanto entidades culturais há necessariamente a vontade de consumir determinado produto, o que nos leva à noção de consumo, utilizada por Canclini para todo e qualquer produto dentro de uma determinada esfera simbólico-estética-social. Por que esta noção de consumo é importante para o processo de interlocução? Porque esta interlocução vai se dar de modo direcionado pelo interesse de se consumir ou não determinada forma de experiência, de acessar determinados signos de significação social. Isto se dá na medida em que:

[...] boa parte da racionalidade das relações sociais se constrói, mais do que na luta pelos meios de produção, da disputa pela apropriação dos meios de distinção simbólica. Há uma coerência entre os lugares onde os membros de uma classe se alimentam, estudam, habitam, passam as férias, naquilo que lêem e desfrutam, em como se informam e no que transmitem aos outros. [...] A lógica que rege a apropriação dos bens enquanto objetos de distinção não são da satisfação de necessidades, mas sim da escassez desses bens e da impossibilidade de que outros o possuam.(CANCLINI, 1995, p. 56)

Portanto, a partir da interpolação desses dois autores chega-se a ver como se dá a relação de interlocução em um processo comunicativo no qual atuam sinais e signos. O modo como uma experiência-distante vai se transformar em uma experiência-próxima é dado somente pelo interesse em se estabelecer um processo de comunicação entre duas formas de experiências distintas, não necessariamente de culturas diferentes, mas mesmo entre participantes de uma mesma cultura.

É para que haja uma explicação sobre este interesse que entra o conceito de consumo, como forma de apropriação de bens simbólicos (estéticos, políticos, econômicos, por exemplo), que trazem em si formas de distinção de seu possuidor. Este comportamento está presente em várias sociedades e culturas, e não apenas na sociedade ocidental. Um típico exemplo é o ritual do *pootlash* praticado por um grupo indígena canadense, em que o acúmulo de determinados bens e sua posterior destruição confere um *status* diferenciado aos seus membros e transforma as experiências dos indivíduos em relação aos outros. Então o processo de interlocução é aquele processo em que as experiências são transmitidas e transformadas, por uma vontade explícita de consumo dessas experiências por parte de outros atores sociais diferentes daquele que repassa/transmite.

O SIGNIFICADO

Em uma perspectiva histórica, os primeiros registros que tratam da doutrina do significado vêm dos Estóicos (ABBAGNANO, 1982), que consideram o significado como aquilo que remete e aquilo que é, identificando dois elementos do significado: a *Voz* ou representação racional, e aquilo que é, ou sujeito, sendo o primeiro o conceito ou essência, e o segundo como objeto, com o significado em si residindo no primeiro. Esta doutrina será retomada em diferentes momentos históricos, por diferentes autores que, na sua maioria, somente acrescentaram mudanças terminológicas.

O que é entendido inicialmente como a dimensão semântica do processo signico - a relação possível de estabelecer a referência entre o signo e seu objeto (ABBAGNANO, 1982). Suas condições fundamentais estão presas a dois aspectos inseparáveis: o primeiro, um conceito ou essência, é a delimitação e orientação da referência; o segundo é o objeto ao qual a essência, nome ou conceito, é referido. A inseparabilidade decorre do fato de que o primeiro determina a possibilidade ou não de estabelecer a referência com o segundo, mas isto não permite que os dois aspectos identifiquem-se entre si, já que o primeiro pode variar em relação a um mesmo segundo. E também não podem ser considerados equivalentes já que, com diferentes primeiros, que possuem um mesmo objeto de referência, não permitem ser substituídos uns pelos outros. A diferença entre os dois aspectos do termo significado, e mesmo da sua relação, vai constituir a base dos problemas que esse termo possui, e explica, tal como visto em Abbagnano (1982), as diferentes definições que recebeu.

Passando por vários autores, entre eles Hispano e Mills, a visão dicotômica do signo será tratada de modo mais contundente, dentro da lógica tradicional, diferenciando-se dois aspectos do significado (o do referente e da referência) e recorrendo-se à distinção entre os elementos do conceito, ora chamados de compreensão e extensão, ora de intenção e extensão, ora de conotação e denotação. Esta variabilidade vai ser expressa no decorrer da história da filosofia, sendo abandonada em alguns momentos e modificada em outros, mas permanecendo a mesma em sua essência.

Em um primeiro momento, rompe-se com tal dicotomia, passando-se a considerar o signo distinto do sentido de significado - o primeiro sendo aquele que remete a um objeto individual, específico, e o segundo sendo o entendimento simples pragmático que se dá ao objeto designado. O melhor representante desta visão pragmática será Peirce (1977), para quem o signo é composto por três entidades - o *signo*, o *objeto* e o *interpretante* - sendo este último o que se assemelha à conceituação de sentido. Toda a

teoria de Peirce é oriunda, direta ou indiretamente, da concepção tripartite do signo, e será discutida mais adiante, quando considerarmos a Semiótica de modo mais específico, inclusive a noção de significado que originou.

Essa triplicidade do signo foi considerada por outros autores que a confirmaram ou negaram, como é exposto por Abbagnano (1982, p.856), passando a considerar-se como designado, o objeto, e como conceito o interpretante, constituindo-se um novo arranjo teórico-metodológico. O termo significado é considerado inútil e provocador de confusões, razão pela qual este autor, acha melhor usá-lo sem entrar em maiores objeções ou fundamentações. Para tanto, uma das vertentes de estudo dos signos volta-se ao estudo dos dois componentes do significado, com outros nomes, constantemente distinguidos e contrastados pela tradição, restringindo o termo significado à conotação. Já outra vertente reserva o termo tanto para a conotação como para a denotação, distinguindo a conotação como termo da referência objetiva da significação, o que separa em compreensão e denotação, sendo a primeira a classe de todas as coisas possíveis às quais se aplica o termo, e a segunda a classe das coisas reais individualizadas, às quais o termo é aplicado. Além desta distinção, há a diferenciação entre significação, que é a ação de significar, e significado-sentido, que é o modo como o espírito se refere à própria significação.

Outros autores, entre os quais Quine, Carnap e Church, retomam a visão dicotômica, com as adaptações que lhes são peculiares, ainda tratando do problema da conotação e da denotação. É Carnap, no entanto, que insere o problema do significado às expressões lingüísticas, em cada um dos seus contextos. Os problemas da conotação - sentido - e denotação - significado - permanecem vivos entre os pensadores, sendo admitido que um nome possui uma certa denotação e exprime um sentido, de modo genérico. Em oposição a tais posturas, surge a tendência de se discutir o significado através de sua redução ao sentido, ou o sentido ao significado, como no caso de Russel, que passa a ver que o significado em si não existe, apenas algumas denotações. Já para Wittgenstein, o nome significa o seu objeto, então o objeto é o seu próprio significado, como é apresentado por Abbagnano (1982).

Com isto, o significado recebe novas classificações - emotivos, de uso, intenção, pictórico e o vetor de campo – originando-se a identificação de espécies de significado, vistas em uma dimensão diferente daquela do signo lingüístico. Estas espécies de significado não estão inseridas nos sinais isolados, mas em seu campo enunciado, sendo identificadas como significados lógicos, factuais, sintéticos e analíticos. Com base em Russel, vale destacar as observações de Eco (1980, p. 56) sobre a natureza cultural do significado, visto como uma tentativa que estabelece um referente de um signo em termos de uma entidade abstrata que representa uma convenção abstrata. Isto pode ser observado no aspecto intercultural, em que um mesmo signo pode ter significados diferentes (polissemia), ou um mesmo significado pode ser representado por signos diferentes (sinonímia). Este aspecto se dá de acordo com os diferentes contextos de cada cultura, e no contexto dos diferentes contatos entre culturas distintas.

A esta cadeia de significados Peirce (1977) chamou de interpretante, como elemento que irá separar de uma metafísica do referente, a partir de sua visão pragmática, situando a Semiótica como uma ciência rigorosa dos fenômenos culturais, dentro de uma teoria da significação. Este interpretante coloca-se em conflito com a noção de

significado da Semiologia Saussureana (BARTHES, 1988). Para este último, o significado é um dos *relata* do signo, diferenciando-se do significante, que seria o mediador entre o objeto e o que ele significa, mantendo ainda uma estrutura dualista do significado. Quanto ao interpretante, não admite o significado como uma coisa em si, mas como um conjunto de referências que, em um processo de produção de signos, se associam e comparam, no que Eco (1980) chama de “*Semiose Ilimitada*”. O significado reside no interpretante, que:

[...] poderia ser identificado como qualquer propriedade intencional de um conteúdo devidamente codificado e portanto uma série inteira (ou sistema) das denotações e conotações de uma expressão [...]. Para Peirce, o interpretante é ALGUMA COISA A MAIS; pode até ser um discurso complexo que não apenas traduz, mas inferencialmente desenvolve todas as possibilidades implícitas no signo; um interpretante pode ser literalmente um silogismo deduzido da uma premissa regular. Além disso, o interpretante pode ser uma reposta comportamental, um hábito determinado por um signo, uma disposição e muitas coisas mais. (ECO, 1980, p. 59)

Esta visão do interpretante como um terceiro na relação sígnica, quando direcionada pelo fenômeno da Semiose Ilimitada, pode ser assim aprofundada:

O signo não é um ente passivo dependente do ego individual que, por um ato interpretativo, venha introjetar no signo algo que lhe falta, isto é o interpretante. Ao contrário, o signo é capaz de determinar o interpretante porque dispõe do poder de gerá-lo, ou seja, o interpretante é uma propriedade objetiva do signo em si mesmo, haja um ato interpretativo particular que o atualiza ou não. O interpretante é uma criatura do signo que não depende estritamente do modo como uma mente subjetiva, singular possa vir a compreendê-lo. [...] O devir do interpretante é, pois, um efeito do signo enquanto tal e, portanto, depende do ser do signo e não apenas e exclusivamente de um ato de interpretação subjetivo. (SANTAELLA 1995, p. 85)

A questão da semiose ilimitada possui a característica de ser um dos pilares de entendimento da significação da Teoria Semiótica, enquanto unidade cultural e contextualizada por esta cultura. Partindo da situação em que os interpretantes são "todos os juízos semióticos que um código permite formular [...]" (ECO, 1980, p. 60), a semiose ilimitada é a categoria que permite o processo de significação das unidades culturais, sendo a mesma o progressivo encadeamento, no qual o signo é referido por outros signos, circunscritos por determinadas unidades culturais, mas sem chegar a justapor-se a elas, acessando-as por meio de outras unidades culturais. Os interpretantes (e as unidades culturais) não devem ser vistos como alienados, ou seja, possuidores de meios físicos de verificação da existência, já que estão demonstrados no ato de a cultura remeter os signos a outros signos, conceitos a outros conceitos. Esta constante referência ou circularidade, no entanto, será a condição normal do processo de significação, já que esta é a peculiaridade que permite o teor comunicativo dos signos na referência às coisas.

O significado passa a ser visto, assim, como entidade cuja existência não se dá em uma relação dualista com o significante, mas sim uma relação triádica que envolve o objeto, o signo e o interpretante, sendo este último de especial interesse, para o objetivo deste trabalho. Assim, o produtor de significado ou o processo de significação se dá através do interpretante, que é determinado pelas unidades culturais, através de um processo de semiose ilimitada, em que o encadeamento de signos vai ser enquadrado em um

determinado contexto cultural ligado ao intérprete. Fica, portanto, claro que o interpretante nunca é uma referência da intenção, do produtor do signo, mas sim o efeito que o signo vai realizar no receptor, de acordo com o contexto cultural em que está inserido, não necessariamente o mesmo do produtor ou transmissor.

O significado tem seu processo constitutivo promovido e legitimado na esfera do interpretante. Chega-se a poder dizer que o significado se dá numa situação fora da função mediadora do signo, mas na relação entre o sujeito e o termo objeto, em um meio termo lógico, já que o significado é a idéia que se liga àquele objeto, seja por meio de suposições ou de meras ordens ou assertivas. Quanto aos conceitos de significado e idéia, observa-se que:

[...] a palavra ‘significado’ não ocupa mais a posição similar à de idéia. Isto é, o significado é algo que o signo ele próprio transmite, tratando-se, portanto, de uma propriedade objetiva interna do signo, enquanto que a idéia, que ele provoca, se constitui no interpretante.(SANTAELLA, 1995, p. 42)

A idéia de significado que instrumentaliza este estudo é a que o coloca como uma construção. O significado não é entendido aqui como algo inerente, que esteja internalizado na estrutura do signo. O signo em si, para ser identificado como tal, não necessita apresentar um significado agregado, mas sim trazer consigo a possibilidade de promover a criação de um significado, considerando-o como uma construção. Assim, o significado pode ser visto como uma construção, que varia nos contextos de interlocução e dentro de instâncias culturais distintas, propiciando a elaboração de interpretações sobre o que está sendo representado.

UM OLHAR SOBRE A INFORMAÇÃO

Em seu desenvolvimento, a Ciência da Informação passa a atuar frente aos estudos de informação científica e tecnológica, associando-se à Sociologia da Ciência, importando daí muitos de seus paradigmas e métodos. Yuxiao (1988) configura a C.I. como uma ciência ainda em formação, com contornos de metaciência, aglutinando várias disciplinas afeitas ao estudo da informação. Zeman (1970), incorporando o materialismo dialético aos estudos da informação, considera-a como uma qualidade da realidade material a ser organizada, considerando que “Na ‘corrente de informação’, Zeman conclui que ‘a informação não existe fora do tempo, fora do processo: ela aumenta, diminui, transporta-se e conserva-se no tempo’”. (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 45)

Voltando a Zeman (1970), a informação não é um fenômeno afeito somente aos aspectos de quantificação, não se trata de um termo ou conceito exclusivamente matemáticos. Ela não pode ser abordada somente do ponto de vista da medida de organização, ou outras medidas, mas, principalmente, sob a ótica da organização em si, enquanto processo resultante de fatores de ordens diversas (social, cultural, moral, ético, etc.), considerando-se que:

A informação é, pois, a qualidade da realidade material de ser organizada (o que representa, igualmente, a qualidade de conservar este estado organizado) e sua capacidade de organizar, de classificar um sistema, de criar (o que constitui igualmente sua capacidade de desenvolver a organização). É, juntamente com o

espaço, o tempo e o movimento, uma outra forma fundamental de existência da matéria - é a qualidade de evolução, a capacidade de atingir qualidades superiores. Não é um princípio que existiria fora da matéria e independentemente dela (como são, por exemplo, o princípio idealista da entidade ou o termo da “entelequia”) e sim inerente a ela, inseparável dela. (ZEMAN, 1970, p. 157)

O conceito de informação há muito vem despertando uma série de discussões a respeito da sua delimitação, bem como as suas formas de uso, tanto no nível social, cotidiano, quanto no nível analítico, dentro da Ciência da Informação. E este problema se agrava quando se vê a importância crescente que os fluxos informacionais das mais diversas naturezas assumem na sociedade atual. Embora muitos estudos tenham como objetivo discutir o objeto da Ciência da Informação, em sua grande maioria, tendem a discutir como inserir uma determinada noção do que é a informação dentro do escopo de uma disciplina científica.

Mesmo esta disciplina, que se pretende científica, não tem com exatidão a noção do que é o fenômeno que dá sustentação à sua existência enquanto ciência, que é a informação. Não que este fenômeno não conte com algumas definições e/ou delimitações, mas a maioria delas não dá conta o suficiente da amplitude deste conceito. Desde seus primórdios, com a teoria matemática da comunicação (EPSTEIN, 1988), até os dias atuais, vários são os prismas pelos quais se examina este conceito. Autores como Brookes (1980), Belkin (1990), Belkin & Robertson (1976) e Fernandes (1995), entre outros, têm discutido o conceito e o modo como o mesmo se insere em uma disciplina que o procure explicitar.

Para este trabalho a informação é vista como um fenômeno explicitamente humano, ligado a uma estruturação sócio-cultural, socialmente disseminado a partir daquilo que é interpretado e constituído no indivíduo. Esta visão aproxima-se em muito do que já colocado por Brookes (1980), e de Popper (apud PACHECO, 1995), onde a informação tanto é um *constructo* humano para uso e aplicação, dentro de um contexto sócio-cultural, sendo passível de uma recontextualização:

Se a informação é um artefato ela foi criada num tempo, espaço e forma específica, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada - o contexto de sua geração. Sendo artefato ela pode ser utilizada em um contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo, portanto passível de recontextualização. (PACHECO, 1995, p. 21)

Concordando-se explicitamente com a visão da informação enquanto artefato, vendo-a como resultado da ação intencional de uma forma de registro, esta informação passa por diversos níveis de interpretação, por conseguinte de contextualização, dentro do processo, já mencionado, de interlocução, no qual a experiência-distante passa a ser a experiência-próxima. Reconhecendo-se que nesta recontextualização deve-se levar em conta dois fatores de afastamento para o entendimento das novas interpretações dessa informação, o tempo e o espaço, poder-se-ia discutir nesse ponto as novas tecnologias de informação, as redes de informação, a Internet etc., mas essa discussão acabaria fugindo do foco central do trabalho, se bem que estes dois fatores não devem ser levados em conta sob seu aspecto físico, mas sim sob o prisma da cultura, ou seja, a distância espaço-temporal de uma cultura, ou seu momento, para outra.

Assim, a informação, aqui considerada, é aquela que diz respeito a uma produção de significados socialmente aceitos. É aquele fenômeno em que há não só a produção de um bem simbólico, mas também sua disseminação e consumo, que implica na sua própria reprodução, já que a dimensão espacial é extremamente dinâmica, dentro da sua recontextualização. Vendo aí uma questão de identidade, já que a informação implica em significação, ela poderia estar restrita a setores ou segmentos culturais, que podem ser mais ou menos permeáveis, produzindo assim novos significados sobre a informação disseminada.

A RELAÇÃO ENTRE SINAL, SIGNO E INFORMAÇÃO

Quando são confrontados os conceitos de sinal, signo e informação, ocorre, à primeira vista, uma de duas possíveis situações extremas: ou não se vê nenhuma relação entre eles, ou os considera a mesma coisa. Um dos tópicos deste trabalho foi dedicado a tratar justamente da diferenciação de signo e sinal, que em resumo pode ser assim explicitada: signo é todo aquele sinal que apresenta uma possibilidade de significação, enquanto que o sinal não apresenta, no mínimo, esta possibilidade, sendo que estas duas entidades podem ser produzidas por outros agentes que não o homem, mas este tem que estar presente na cadeia de transmissão sígnica. Portanto a separação do que é signo e do que é sinal já está assinalada.

No que tange à informação, esta merece algumas considerações, que podem fugir ao consenso da área, já que se trata de amplas reflexões sobre esta questão. Considerando a informação como produto socialmente aceita e disseminado, com um caráter de “*artefato*”, a presença humana em qualquer etapa do processo informacional é imprescindível. Daí conclui-se que este é um fenômeno eminentemente humano, ligado às esferas socioculturais, sendo que fora dela a informação não existe. Tal afirmação contradiz a teoria clássica da informação, segundo a qual até mesmo o processo de troca de bites entre máquinas é visto como uma forma de troca de informação, quando o que ocorre é uma mera troca de sinais, que podem se tornar ou não informação, se forem interpretados como tal.

A informação e o sinal, portanto, já estabeleceram suas diferenças. O sinal pode ou não ser informação, dependendo da possibilidade de sua interpretação e de significação. O conceito que se relaciona com o de informação é, neste caso, o de signo, e não o de sinal, uma vez que entra em jogo a questão da significação, situada na esfera exclusiva do signo. Esta diferenciação é, entretanto, mais sutil que a anterior. A relação entre o signo e a informação pode, muitas vezes, levar a uma confusão entre os dois conceitos. Não se adotará aqui a posição generalista segundo a qual tudo é signo, ou tudo é informação.

A sutileza desta relação vem do fato de que a informação pode estar dentro do conceito de signo, já que os dois prescindem da interpretação, e por isso da significação, para sua própria existência enquanto entidades dinâmicas e auto-reprodutoras. Nem todo signo, porém, é informação, porque para ser signo não é necessário que o seu significado seja interpretado, pois o mero reconhecimento de sua possibilidade já define o signo, admitindo dentro de seu processo de interlocução tanto a “*experiência-distante*” como a “*experiência-próxima*”. Mas a informação, em que o processo de interlocução passa pela “*experiência-próxima*”, somente admite a significação para a interpretação, e sem

isto não há como existir. A informação é, portanto, um signo que tem embutido em si sua significação no próprio processo de interlocução.

Abstract

The definition of the object of study of Information Science was, for a long time, based on the mathematical theory of the transmission of information, as a result of its pragmatic origin. However, on the basis of further studies, there was also a broadening of the concept of information which allowed for a confrontation and/or relation with concepts from other fields or disciplines. Thus, we seek to discuss the correlation between some aspects and concepts which intervene in the question of the nature of the communication process to which information is intimately linked, aiming at a better treatment and delimitation of the object. To that end, we use the Semiotic Theory of Pierce and, in particular, the notions of sign and signal and, finally, the relation between these two and the concept of information, comprehending the sign as that which presents the possibility of meaning, the signal without the least possibility and information as being a socially accepted and disseminated product of an artefact nature. The process of communication is seen here from the viewpoint of the 'symbolic exchanges' of Bourdieu.

Key words

THEORY OF INFORMATION

SEMIOTIC THEORY

REPRESENTATION THEORY

ANALYSIS OF CONCEPTS

PROCESSES OF SIGNIFICATION

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. Tradução de Izidoro Blikstein. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1988.

BELKIN, Nicholas J. Cognitive models and information transfer. *Social Science Information Studies*.: Butterworth & Co Ltd., n. 4, p. 111-129, 1984.

- BELKIN, Nicholas J. The cognitive viewpoint in information science. *Journal of Information Science*, n. 16, p. 11-15, 1990.
- BELKIN, N.J.; ROBERTSON, S.E. Information Science and the phenomenon of information. *Journal of the American Society for Information Science*, American Society for Information Science, p. 197-204, july-august, 1976.
- BORDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.
- BROOKES, Bertram C. The foundations of information science. *Journal of Information Science*, n. 2, p. 125-133, 1980.
- CANCLINI, Nestor G. *Consumidores e cidadãos - conflitos multiculturais da globalização*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- COELHO NETTO, J. Teixeira. *Semiótica, informação e comunicação*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.
- ECO, Umberto. *Tratado geral de semiótica*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1980.
- EPSTEIN, Isaac. *Teoria da informação*, 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- FERNANDES, Geni C. O objeto de estudo da ciência da informação. *INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: IBICT/CNPq, v. 1, n. 1, p. 25-30, 1995.
- GEERTZ, Clifford. *Local knowledge - Further essays in interpretative anthropology*. Princeton: BasicBooks, 1983.
- PACHECO, Leila S. Informação enquanto artefato. *INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: IBICT/CNPq, v. 1, n. 1, p. 20-24, 1995.
- PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- PINHEIRO, Lena Vânia R.; LOUREIRO, José Mauro M. Traçados e limites da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*. Brasília: MCT/CNPq/IBICT, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./abril, 1995.
- SANTAELLA, Lucia. *Teoria geral dos signos - semiose e autogeração*, São Paulo: Editora Ática, 1995.
- YUEXIAO, Zhang. Definition and science of information. *Information Processing and Management*, v. 24, n. 4, p. 479-491, 1988.
- ZEMAN, Jíri. O Significado filosófico da noção de informação. In: *O CONCEITO de Informação na Ciência Contemporânea - Colóquios Filosóficos Internacionais de Royaumont*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, p. 154-179, 1970.